

CASOS DE CÂNCER

União vai depositar valor dos remédios na conta do Hospital

A nova medida se aplica apenas à unidade hospitalar São Vicente, localizada no município de Barbalha

ROBERTO CRISPIM
Colaborador

Barbalha. A Justiça Federal neste município, por meio da 16ª Vara Federal, buscou uma solução para melhorar e tornar mais célere o cumprimento das liminares que determinavam o fornecimento de medicamentos de alto custo, utilizados especialmente no tratamento oncológico ou de doenças raras. Conforme a decisão, para os casos de tratamento de câncer, a partir de agora, a União fica responsável por depositar o valor dos medicamentos diretamente na conta do Hospital São Vicente, que, por sua vez, se encarregará de adquirir os medicamentos solicitados judicialmente.

As novas medidas a serem tomadas foram acordadas entre a Justiça Federal, a Advocacia Geral da União, a Secretaria de Saúde do Estado e representantes do Hospital São Vicente de Paulo, localizada na cidade de Barbalha, única unidade cadastrada para o atendimento de atenção oncológica pelo SUS em toda a Região do Cariri e Centro-Sul do Estado do Ceará.

Para os demais casos, a União deverá depositar o valor em conta específica do Estado do Ceará e este será encarregado de adquirir os medicamentos. De acordo com o juiz federal Moisés da Silva Maia, antes das novas medidas, como existia uma obrigação solidária entre a União e o Estado de realizar o depósito do dinheiro e a compra do medicamento, a falta de uma comunicação mais eficaz entre os entes pagadores gerava um atraso no procedimento e, conseqüentemente, no recebimento dos remédios pela parte que ajuizou a ação na Justiça.

Os pedidos judiciais de fornecimento de medicamentos têm sido apresentados por meio de ações civis públicas ajuizadas pe-



Os pedidos judiciais de fornecimento de medicamentos têm sido apresentados por meio de ações civis públicas ajuizadas pelo MPF

lo Ministério Público Federal, ou mesmo por meio de ações individuais. Atualmente, na 16ª Vara Federal, em Juazeiro do Norte, estão em tramitação 21

processos desta natureza.

Para o juiz federal Leonardo Coutinho, este entendimento entre os entes públicos representa um grande avanço no tratamento da matéria, contribuindo para uma prestação jurisdicional eficaz, com menos desgastes para os entes estatais envolvidos e, sobretudo, para o cidadão, cujo direito foi reconhecido e que já se encontra numa situação adversa, decorrente da doença que lhe foi diagnosticada.

Em janeiro deste ano, a Justiça Federal determinou que a

União passasse a realizar o depósito de R\$ 250 mil por mês em favor do Hospital São Vicente de Paulo, sem prejuízo da quantia que já vinha sendo encaminhada mensalmente. A medida teve por objetivo assegurar o tratamento dos pacientes acometidos de câncer e garantir a continuidade dos serviços para as novas demandas.

Por conta da falta de recursos financeiros, a unidade hospitalar chegou a suspender o atendimento a novos pacientes com câncer. A decisão levou o Ministério Público Federal (MPF), em

Juazeiro do Norte, a instaurar inquérito civil público para apurar o caso.

Na ocasião, a direção do hospital informou aos representantes do MPF que havia atraso no repasse de cerca de R\$ 570 mil de créditos não recebidos. O valor deveria ter sido pago pelo governo federal por meio do Ministério da Saúde. O teto de pagamento fixado no setor de oncologia girava, à época, em torno de R\$ 600 mil. A direção do hospital alegou ter solicitado a ampliação do teto financeiro não tendo, no entanto, recebido

nenhuma resposta do órgão federal. Também ratificara que pela insuficiência de recursos, não havia possibilidade de atendimento imediato de novos pacientes acometidos de câncer.

A decisão, proferida pelo juiz federal Moisés da Silva Maia, da 16ª vara, foi resultado da Ação Civil Pública movida pelo MPF, em Juazeiro do Norte. Para o magistrado, o pedido fazia jus aos direitos fundamentais à saúde e à vida, e na análise das condições para o deferimento da tutela antecipada, foi verificada a presença de todos os requisitos autorizadores.

De acordo com informações do inquérito civil, embora o hospital não tenha suspenso o atendimento do bloco de oncologia, restringiu o atendimento a novos pacientes para se adequar ao orçamento, de modo que já existe, atualmente, uma fila de espera de 154 pacientes para a realização de quimioterapia, considerando-se que o atraso quanto ao início do tratamento pode ser determinante para a sua inefetividade, ocasionando a morte dos pacientes.

Dificuldades

Mesmo com a decisão prolatada pela Justiça, a unidade ainda enfrenta dificuldades financeiras. “Nós só recebemos uma parcela do pagamento determinado pela Justiça Federal. O repasse dos recursos continua atrasado”, alertou o secretário Executivo da unidade, Antônio Ernani de Freitas. Segundo ele, nem mesmo a verba destinada pelo Estado está à disposição do Hospital. “Temos cerca de R\$ 90 mil repassados pela Secretaria de Saúde do Estado já creditados na conta do Município. Porém, por conta da burocracia, esse dinheiro ainda não nos foi repassado”.

Conforme o secretário executivo, cerca de mil pacientes são atendidos mensalmente no setor oncológico do hospital. A fila de espera do setor, no entanto, já atinge o número de 200 pessoas. “Se não houver rapidez na liberação dos recursos do Ministério da Saúde, possivelmente teremos que novamente suspender o atendimento a novos pacientes. Sem condições financeiras não há como mantermos o atendimento aos pacientes”.

Mais informações:

Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo
Avenida Coronel João Coelho, 299
Centro - Barbalha
Telefone (88) 3532-7100

POSTES NO CHÃO

Comunidade aguarda por energia

MARCELINO JÚNIOR
Colaborador

Santa Quitéria. Em julho de 2013, o agricultor Francisco Marciano Soares, morador do Assentamento Picos de Cima, no distrito de Lisieux, localizado neste município, no norte do Estado, ficou feliz ao saber da Companhia Energética do Ceará (Coelce) que a solicitação, feita no mês de maio, para ampliação da rede elétrica na comunidade onde vivem 53 famílias seria atendida em poucos meses.

Mas, de acordo com o agricultor, a obra que deveria ter sido concluída em dezembro daquele ano, até hoje se arrasta e, o que é pior, sem previsão de entrega. Dos 75 postes a serem instalados na rede consumidora de baixa tensão, cerca de 20 estão espalhados em vários pontos da comunidade, ao lado dos buracos cavados para recebê-los.

O projeto de extensão elétrica, acompanhado de perto pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), que serve de mediadora entre as prestadoras de serviço e os usuários, garantiria luz para as diversas famílias que continuam no escuro.

Francisco Marciano diz que muitos dos postes já implantados estão sem fiação, transforma-



Sem iluminação, muitos moradores recorreram ao perigoso artifício das gambiarras para obter energia

dor de distribuição ou medidor de energia, além de outros equipamentos. “A empresa que fez o serviço instalou os ramais, que são aqueles postes que ficam em casa, mas ainda estão sem utili-

dade. Ao todo, só dois postes funcionam. O restante continua espalhado pela estrada. Sem energia, também não temos como bombear água para casa”, denuncia.

Para não ficarem no escuro, alguns moradores pediram socorro aos vizinhos, que se prontificaram a ajudar, por meio de instalação elétrica improvisada por eles mesmos, até que a situa-

ção seja resolvida. Outros fecharam suas casas e buscaram apoio de familiares.

O presidente do assentamento rural, Benedito Cassimiro da Silva, buscou informações no es-

Dos 75 postes a serem instalados na rede consumidora de baixa tensão, cerca de 20 estão espalhados em vários pontos

critório da Coelce, no município de Santa Quitéria, mas não obteve resposta. Ele também esteve na Coelce, em Sobral, onde recebeu um informativo com números de telefone para contato e foi orientado a buscar informações na Ouvidoria da Companhia Energética, mas diz que não há opção de escolha no atendimento feito por gravação e que, mesmo conversando com a atendente, nada foi resolvido.

Gambiarra

“Faz mais de um ano que a gente está com esse problema e tenta resolver com a Coelce. Mas não temos resposta. Estamos sem energia na nossa comunidade, que cresceu bastante. As gambiarras feitas para levar energia entre as casas preocupam a gente porque são feitas de qualquer jeito e existe o risco de acidente com criança porque a fiação fica exposta”, relatou.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da Coelce informou que a previsão para conclusão da obra de extensão da rede elétrica na comunidade de Picos de Cima, ficou agendada para o fim deste mês de março.